



**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.
SUCURSAL DE MACAU**

**DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Circular No. 026/B/2012-DSB/AMCM)

ÍNDICE	PÁGINA
Estatuto da Sucursal	3
Divulgação de informação	3
Balanço em 31 de Dezembro de 2016 (Sucursal de Macau)	4
Demonstração de resultados do exercício de 2016 (Sucursal de Macau)	5
Conta de lucros e perdas do exercício de 2016 (Sucursal de Macau)	6
Síntese do relatório da actividade do exercício de 2016 (Sucursal de Macau)	7
Síntese do relatório dos auditores externos	8
Lista dos accionistas qualificados do Banco Comercial Português, S. A.	9
Membros dos órgãos de gestão do Banco Comercial Português, S. A.	10
Membros da direcção da Sucursal de Macau do Banco Comercial Português, S. A.	11
Demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2016 (Sucursal de Macau)	12
Exposição contingente em 31 de Dezembro de 2016 (Sucursal de Macau)	13
Produtos derivados em 31 de Dezembro de 2016 (Sucursal de Macau)	13
Principais políticas contabilísticas (Sucursal de Macau)	14
Princípios sobre transacções entre entidades relacionadas	21
Transacções entre entidades relacionadas (Sucursal de Macau)	22
Rácio de adequação de capital do Grupo BCP em 31 de Dezembro de 2016	23
Gestão do risco no Grupo BCP	24
Risco de crédito	25
Análise do crédito concedido (Sucursal de Macau)	27
Maturidade dos activos (Sucursal de Macau)	28
Maturidade do passivo (Sucursal de Macau)	29
Risco de mercado	32
Elementos do risco cambial em 31 de Dezembro de 2016 (Sucursal de Macau)	33
Risco operacional	35
Risco de liquidez	35
Indicadores seleccionados do risco de liquidez em 2016 (Sucursal de Macau)	36
Informação consolidada do exercício de 2016 do Grupo BCP	37
Outra informação	37

ESTATUTO DA SUCURSAL

O Banco Comercial Português, S. A. – Sucursal de Macau (Sucursal) é uma Sucursal do Banco Comercial Português, S. A. ('BCP' ou 'Sede'), constituída em Macau em 11 de Maio de 2010, com sede social e principal localização de negócios em Macau na Avenida Comercial de Macau, Quarteirão 5, Lote A, *Finance and IT Centre of Macau Building*, 19. G-I.

A actividade da Sucursal assenta na prestação de serviços bancários.

(Antes de 11 de Maio de 2010, desde 1 de Julho de 1993, a Sucursal tinha o carácter de Sucursal *offshore* do BCP).

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A informação aqui apresentada relativa à Sucursal e ao Grupo Bancário a que pertence é divulgada ao abrigo e está em conformidade com a Circular No. 026/B/2012-DSB/AMCM da Autoridade Monetária de Macau ('AMCM') (Instruções para a Divulgação de Informação Financeira).

Os procedimentos da Sucursal sobre esta matéria estão disponíveis, podendo igualmente ser consultados.

A informação contida nas páginas 3 a 37 deste documento é consistente com a informação publicada noutras instâncias ou fornecida à AMCM e, no que concerne à informação sobre o Grupo, a outros reguladores.

A informação de carácter anual foi auditada pelos auditores externos da Sucursal.

A informação ou outras alusões relativas aos livros ou práticas da Sucursal estão devidamente assinaladas ao longo destas páginas com a referência '*Sucursal de Macau*'.

A Direcção da Sucursal

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

ACTIVO	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES, AMORTIZ. E MENOS VALIAS	ACTIVO LÍQUIDO
Caixa	580	-	580
Depósitos na AMCM	179.247	-	179.247
Valores a Cobrar	552	-	552
Depósitos à ordem noutras instituições de crédito no Território	31.188	-	31.188
Depósitos à ordem no exterior	219.108	-	219.108
Crédito concedido	3.621.470	-	3.621.470
Depósitos com pré-aviso e a prazo no exterior	6.846.563	-	6.846.563
Devedores	58	-	58
Equipamento	8.416	(4.275)	4.141
Outros valores imobilizados	3.095	(1.642)	1.453
Contas internas e de regularização	25.647	-	25.647
TOTAIS	10.935.924	(5.917)	10.930.007

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	SUBTOTAIS	TOTAIS
Depósitos à Ordem	- 1.100.134	-
Depósitos a prazo	- 7.255.859	8.355.993
Depósitos do sector público	- 645.554	-
Recursos de outras entidades locais	- -	-
Empréstimos em moedas externas	- 1.568.650	-
Cheques e ordens a pagar	- 73.278	-
Credores	- 1.612	-
Exigibilidades diversas	- 22.586	2.311.680
Contas internas e de regularização	- 53.913	-
Provisões para riscos diversos	- 42.724	-
Outras reservas	- -	96.637
Resultado do exercício	- 165.697	165.697
TOTAIS	-	10.930.007

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

DÉBITO

Custos de operações passivas	73.257
Custos com pessoal	
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	-
Remunerações dos empregados	6.500
Encargos sociais	5
Outros custos com o pessoal	1.312
Fornecimentos de terceiros	283
Serviços de terceiros	6.377
Outros custos bancários	451
Impostos	139
Custos inorgânicos	859
Dotações para amortizações	1.583
Dotações para provisões	-
Lucro de exploração	167.025
TOTAL	257.791

CRÉDITO

Proveitos de operações activas	249.689
Proveitos de serviços bancários	5.740
Proveitos de outras operações bancárias	1.658
Rendimentos de títulos de crédito e de participações financeiras	-
Outros proveitos bancários	689
Proveitos inorgânicos	15
Prejuízo de exploração	-
TOTAL	257.791

CONTA DE LUCROS E PERDAS DO EXERCÍCIO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

DÉBITO

Prejuízo de exploração	-
Perdas relativas a exercícios anteriores	-
Perdas excepcionais	-
Dotação para impostos sobre lucros do exercício	22.328
Resultado do exercício (se positivo)	165.697
TOTAL	188.025

CRÉDITO

Lucro de exploração	167.025
Lucros relativos a exercícios anteriores	21.000
Lucros excepcionais	-
Provisões utilizadas	-
Resultado do exercício (se negativo)	-
TOTAL	188.025

SÍNTESE DO RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO DE 2016 **(SUCURSAL DE MACAU)**

O Ano de 2016 ficou marcado pela recuperação das principais economias europeias, pela confirmação do bom desempenho da economia dos EUA e pelo crescimento moderado da economia da China, pela saída do Reino Unido da União Europeia e pelo abrandamento da actividade económica das principais economias emergentes.

A China continuou a desenvolver a sua estratégia de afirmação no panorama internacional através de um vasto conjunto de iniciativas centradas, no essencial, na prossecução da internacionalização do CNY e no lançamento de parcerias com diversos países no âmbito de “uma faixa, uma rota”. No plano interno e com impactos para Macau, a China continuou a promover o seu plano de integração das cidades do Delta como objectivo de criar uma zona económica de elevada dimensão e que de per si seja suporte à dinamização da procura interna.

Em 2016 a economia de Macau apresentou uma recuperação significativa face ao ano anterior tendo a taxa de crescimento do PIB reduzido a sua queda de 21% para 2,1% com destaque para o bom desempenho no 2º. Semestre. Tal facto decorreu, sobretudo, da recuperação do Sector do Jogo, Turismo e Entretenimento, o qual evidenciou um crescimento homólogo significativo desde Agosto de 2016. O comportamento do Imobiliário (preços e rendas) evidenciou já sinais de estabilização, o emprego manteve o seu nível elevado e a taxa de inflação continuou a sua trajectória descendente ao que não será alheia a depreciação do yuan face ao USD e, como tal, face à MOP.

No ano de 2016 a Sucursal de Macau do BCP continuou a desenvolver a sua actividade enquadrada pela estratégia de plataforma de negócios através da oferta de serviços e de produtos aos clientes das redes do Grupo BCP, participação activa em alguns dos vários projectos relevantes em Macau, oferta estruturada de serviços de apoio ao investimento em Portugal de cidadãos chineses no âmbito do programa “Golden Visa” e apoio às operações de comércio externo entre empresas portuguesas e empresas chinesas onde, esta última teve um incremento significativo.

A persistência de algumas incertezas no panorama internacional – Brexit, pressões proteccionistas no comércio internacional e ciclos eleitorais na União Europeia – a par das incógnitas sobre a sustentabilidade da recuperação da economia da RAEM, a Sucursal manteve a sua estratégia defensiva em operações de crédito tendo reduzido, de forma significativa o seu rácio de transformação e mantido um apertado controlo dos seus custos operacionais.

No âmbito da estratégia de plataforma negócios para a lusofonia, a Sucursal desenvolveu um conjunto de iniciativas para suporte ao alargamento da oferta de serviços ligados a operações de comércio externo envolvendo África, Portugal e China.

No ano em análise, a Sucursal de Macau obteve um lucro de MOP165,7 milhões (-17,6%), a carteira de depósitos atingiu MOP9.001,5 milhões (+1,8%) e a carteira de crédito atingiu MOP3.621,5 milhões (-31,5%). Os custos operacionais cifraram-se em MOP17,5 milhões (+2,1%).

Embora se perspetive uma melhoria do desempenho da economia da RAEM em 2017 decorrente da recuperação do sector do Jogo e Entretenimento, a incerteza no plano internacional e consequentes impactos potenciais em Macau levam a que a Sucursal continue a adoptar uma estratégia de negócios para 2017 fortemente defensiva centrada, sobretudo, no suporte às relações comerciais entre a países lusófonos e China.

Por último, desejamos agradecer aos nossos Clientes, aos Colaboradores da Sucursal e às competentes Autoridades de Macau a confiança depositada na Sucursal de Macau do Banco Comercial Português, S.A..

A Direcção da Sucursal de Macau
do Banco Comercial Português, S.A.

SÍNTESE DO PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

Para a gerência do Banco Comercial Português, S. A. – Sucursal de Macau **(Sucursal de um banco comercial de responsabilidade limitada, incorporado em Portugal)**

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras do Banco Comercial Português, S. A. – Sucursal de Macau relativas ao ano de 2016, nos termos das Normas Técnicas de Auditoria da Região Administrativa Especial de Macau. No nosso relatório, datado de 29 de Maio de 2017, expressámos uma opinião sem reservas relativamente às demonstrações financeiras das quais as presentes constituem um resumo.

As demonstrações financeiras a que acima se alude compreendem o balanço, à data de 31 de Dezembro de 2016, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo, assim como um resumo das políticas contabilísticas relevante e outras notas explicativas.

As demonstrações financeiras resumidas preparadas pela Gerência resultam das demonstrações financeiras anuais auditadas a que acima se faz referência. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras resumidas são consistentes, em todos os aspectos materiais, com as demonstrações financeiras auditadas.

Para a melhor compreensão da posição financeira da Banco Comercial Português, S.A. - Sucursal de Macau e dos resultados das suas operações, no período e âmbito abrangido pela nossa auditoria, as demonstrações financeiras resumidas devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras das quais as mesmas resultam e com o respectivo relatório de auditoria.

[Assinado no original]

Kwok Sze Man, Auditor de Contas
Deloitte Touche Tohmatsu – Sociedade de Auditores
Macau, 29 de Maio de 2017

ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.

DESIGNAÇÃO	% DO CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Grupo Fosun Chiado (Luxembourg) S.à.r.l.	16,67%	16,67%
Grupo Sonangol Sonangol-Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP	14,87%	14,87%

Nota:

De acordo com a definição adoptada pela Autoridade Monetária de Macau (AMCM), uma participação qualificada é aquela que é detida directa ou indirectamente pelo accionista representando 10% ou mais do capital social ou dos direitos de voto da instituição ou conferindo, de qualquer modo, a possibilidade do exercício de uma influência significativa sobre a gestão da instituição de crédito.

**MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO DO
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.**

ASSEMBLEIA GERAL

António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro	Presidente
Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada	Vice-Presidente
Secretária da Sociedade (Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral)	Secretário da Mesa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Vítor Martins Monteiro	Presidente
Carlos José da Silva	Vice-Presidente
Nuno Manuel da Silva Amado	Vice-Presidente
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto	Vogal
André Palma Mira David Nunes	Vogal
André Magalhães Luiz Gomes	Vogal
António Henriques de Pinho Cardão	Vogal
António Luis Guerra Nunes Mexia	Vogal
Cidália Maria Mota Lopes	Vogal
Jaime de Macedo Santos Bastos	Vogal
João Bernardo Bastos Mendes Resende	Vogal
João Manuel de Matos Loureiro	Vogal
José Jacinto Iglésias Soares	Vogal
José Rodrigues de Jesus	Vogal (*)
José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha	Vogal
Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas	Vogal
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Vogal
Miguel Maya Dias Pinheiro	Vogal
Raquel Rute da Costa David Vunge	Vogal
Rui Manuel da Silva Teixeira	Vogal

(*) Membro nomeado pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço dos fundos próprios

COMISSÃO EXECUTIVA

Nuno Manuel da Silva Amado	Presidente
Miguel Maya Dias Pinheiro	Vice-Presidente
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Vice-Presidente
José Jacinto Iglésias Soares	Vogal
Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas	Vogal
Rui Manuel da Silva Teixeira	Vogal
José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha	Vogal

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

José Gonçalo Ferreira Maury	Presidente
José Guilherme Xavier de Basto	Vogal
José Luciano Vaz Marcos	Vogal
Manuel Soares Pinto Barbosa	Vogal

COMISSÃO DE ESTRATÉGIA INTERNACIONAL

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	Presidente
Francisco de Lemos José Maria	Vice-Presidente
Josep Oliu Creus	Vice-Presidente
António Vítor Martins Monteiro	Membro por inerência
Carlos José da Silva	Membro por inerência
Nuno Manuel da Silva Amado	Membro por inerência

COMISSÃO DE AUDITORIA

João Manuel de Matos Loureiro	Presidente
Jaime de Macedo Santos Bastos	Vogal
José Rodrigues de Jesus	Vogal (*)
Cidália Maria Mota Lopes	Vogal

(*) Membro nomeado pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço dos fundos próprios

MEMBROS DA DIRECÇÃO DA SUCURSAL DE MACAU DO
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.

José João Barreiros Pãosinho	Director Geral
Vong Sau Mui	Directora Geral Adjunta
Chan Fong Mei	Directora Geral Adjunta

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

FLUXOS DE CAIXA RESULTANTES DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado antes de impostos	188.025
<u>Ajustamentos</u>	
Depreciações e amortizações do exercício	1.583
Recuperação de perdas por imparidades em empréstimos e compromissos	(21.000)
Juros e proveitos equiparados	(249.689)
Juros e custos equiparados	73.257
Ganhos na alienação de activos tangíveis	(16)
	<u>(7.840)</u>
<u>(Aumento) / diminuição nos ativos operacionais:</u>	
Aplicações em instituições de crédito	-
Crédito a clientes	1.643.711
Outros ativos	(237)
<u>(Diminuição) / aumento nos passivos operacionais:</u>	
Depósitos de instituições de crédito	(119.565)
Depósitos de clientes	160.269
Outros passivos	54.547
FLUXOS DE CAIXA GERADOS PELAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	<u>1.738.725</u>
Juros pagos	(88.280)
Juros recebidos	320.897
Impostos pagos	(27.287)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS RESULTANTES DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>1.936.215</u>
FLUXOS DE CAIXA RESULTANTES DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de activos tangíveis	(62)
Aquisição de activos intangíveis	(238)
Resultado da alienação de activos fixos	16
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS RESULTANTES DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(284)</u>
FLUXOS DE CAIXA RESULTANTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Resultados transferidos para a Sede	(201.008)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS RESULTANTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(201.008)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	1.734.923
CAIXA E EQUIVALENTES EM 1 DE JANEIRO	<u>5.542.315</u>
CAIXA E EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	<u>7.277.238</u>
REPRESENTADO POR:	
Caixa e disponibilidades junto da Autoridade Monetária de Macau (nota 11)	179.827
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 12)	250.848
Aplicações em instituições de crédito (nota 13)	6.846.563
CAIXA E EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	<u>7.277.238</u>

EXPOSIÇÃO CONTINGENTE EXCLUINDO PRODUTOS DERIVADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

Substitutos de crédito	29.303
Contingências relacionadas com transacções	-
Aceites e outras contingências relacionadas	37.785
Facilidades de tipo <i>revolving</i> e outras	-
Compras de activos a prazo	-
Parte não paga de acções e outros títulos de crédito parcialmente pagos	-
Depósitos a constituir no futuro	-
Vendas de activos com acordo de recompra	-
Facilidades de crédito e outros compromissos para conceder crédito	2.430.882
Outra contas extrapatrimoniais	14.658.419
TOTAL	17.156.389

PRODUTOS DERIVADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

Contratos de taxa de câmbio	
Compras a prazo	224.093
Vendas a prazo	223.898
Contratos de taxa de juro	
Compras	136.932
Vendas	136.932
Contratos sobre títulos de crédito	-
Contratos sobre mercadorias	-
Outros	-
TOTAL	721.855

TOTAL OFF-BALANCE SHEET EXPOSURES **17.878.244**

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (SUCURSAL DE MACAU)

1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras presentes neste relatório foram preparadas de acordo com os requisitos estabelecidos no Decreto-Lei nº 32/93/M e as “Macau Financial Reporting Standards” (“MFRSs”) emitidas em conformidade com o Regulamento Administrativo nº. 25/2005 da Região Administrativa Especial de Macau (“RAEM”).

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

A Sucursal de Macau é parte integrante do Banco Comercial Português, S.A. e está registada em Macau de acordo com o “Financial System Act” e sob a supervisão da Autoridade Monetária de Macau (“AMCM”), pelo que não se trata de uma entidade legal autónoma. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos e dados contabilísticos da Sucursal, onde se registam todas as transacções.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Patacas (“MOP”), moeda funcional da Sucursal, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas através do método do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as MFRSs requer que a Gestão da Sucursal formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 15.

3 Créditos a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade, se aplicável.

O desreconhecimento destes ativos do balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais expiram; ou (ii) todos os riscos e benefícios associados foram substancialmente transferidos.

Imparidade

De acordo com os termos da Regulação Administrativa da RAEM nº 25/2005, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido são definidos pela Autoridade Monetária de Macau, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

É constituída uma provisão específica sempre que haja evidência de que o crédito concedido não vá ser totalmente recuperado, destinando-se a cobrir créditos de risco específico. Esta provisão é apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pela Sucursal e pela Sede tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta análise tem como objectivo cobrir carteiras de crédito de qualidade duvidosa ou reduzida, incluindo compromissos com rubricas extrapatrimoniais mas que anteriormente não tinham sido consideradas como tal. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso nº18/1993 da AMCM.

As alterações no valor das provisões são reconhecidas na demonstração de resultados.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Os créditos são anulados quando é razoável concluir que os mesmos são incobráveis. Para o caso de créditos com colateral associado, o write-off ocorre sobre os montantes não recuperáveis quando os montantes provenientes da execução do colateral são efetivamente recebidos. Esta anulação é aplicável apenas a créditos considerados como não recuperáveis e que foram integralmente provisionados. Qualquer montante recuperado proveniente de créditos a clientes anteriormente considerados como incobráveis, serão reconhecidos como um proveito na demonstração de resultados.

4 Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem operações em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros estão inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva.

A Sucursal desreconhece a existência de um passivo financeiro quando a obrigação especificada no contrato é exonerada, cancelada ou revogada.

5 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos equiparados ou juros e custos equiparados, pelo método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva consiste num método de cálculo do custo amortizado de um instrumento financeiro e de periodificação dos juros pelo período relevante. A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, a Sucursal procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar que a sua recuperação é remota.

6 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões prestados pela Sucursal são reconhecidos no momento em que o serviço ocorre.

7 Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos adicionais

posteriores à aquisição são apenas reconhecidos como um ativo quando for expectável que a Sucursal obtenha benefícios económicos futuros.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10

A vida útil de um activo e o seu valor residual, caso exista, são revistos anualmente.

8 Activos intangíveis

Software

A Sucursal regista os custos com aquisição de software a entidades externas como um ativo intangível. Estes ativos são avaliados ao seu custo de aquisição deduzidos de amortizações acumuladas e acrescidos de perdas por imparidade, se aplicável. A amortização é calculada através do método linear ao longo da vida útil estimada em 3 anos. A Sucursal não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

9 Imparidade

No fim do período do reporte, a Sucursal revê o valor contabilístico dos seus ativos, de modo a determinar a necessidade de reforço ou reversão do valor de imparidade associado. Se o valor recuperável do ativo é estimado num montante inferior ao seu valor contabilístico, este é igualado ao valor recuperável do ativo.

As perdas por imparidade são imediatamente reconhecidas na demonstração de resultados. A reversão das perdas por imparidade é limitada ao valor contabilístico do ativo, caso não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade em exercícios anteriores. As reversões de perdas por imparidade são creditadas na demonstração de resultados no período em que são reconhecidas.

10 Caixa e seus equivalentes

A caixa e equivalentes de caixa engloba o dinheiro em caixa nos bancos, os depósitos à ordem e ainda os depósitos com maturidade inferior a três meses a contar da data de subscrição.

A caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos de natureza obrigatória realizados

junto da AMCM.

11 Compensação (*Offsetting*)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando existe um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

12 Transacções em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado.

13 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando a Sucursal tem uma obrigação de montante ou tempestividade incertos ou quando a Sucursal assume uma obrigação legal ou decorrente de práticas passadas, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Nos casos em que o valor actual é material, provisões são registadas ao valor atual dos pagamentos futuros esperados para liquidação do compromisso.

Nos casos em que não é provável o reconhecimento de um custo económico, ou que o montante não pode ser estimado de forma fiável, a obrigação é apresentada como um passivo contingente exceto se a probabilidade for remota. Eventuais obrigações, cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros são também registados como passivos contingentes, a menos que a probabilidade de saída de recursos seja remota.

14 Contas extrapatrimoniais – instrumentos financeiros

Nas contas extrapatrimoniais, os instrumentos financeiros incluem derivados relativos a operações com forwards, swap e opções realizadas pela Sucursal em mercados cambiais e de taxa de juro. Ganhos ou perdas associados a derivados são reconhecidos na

demonstração de resultados aquando da liquidação dos acordos de forward, swap e opção.

15 Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As MFRSs estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Direcção da Sucursal formule julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As estimativas e pressupostos subjacentes são revistas numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar o período corrente e futuro. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sucursal são analisadas abaixo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

A Sucursal e a Sede efetuam uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 2.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento, entre outros.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nas demonstrações de resultados da Sucursal.

16 Entidades relacionadas

Para a elaboração destas demonstrações financeiras, uma parte relacionada inclui:

- a) Uma pessoa ou um membro íntimo da sua família quando essa pessoa:
 - i. Tiver o controlo ou controlo conjunto da sucursal;
 - ii. Tiver uma influência significativa sobre a sucursal;
 - iii. Detiver uma participação qualificada na sucursal;
 - iv. É membro do Conselho de Administração ou Comissão de Supervisão da empresa mãe da sucursal; ou
 - v. For membro do pessoal chave da gestão, que não pertence ao Conselho de Administração ou Comissão de Supervisão, identificado no ponto iv), da Sucursal ou da empresa mãe da Sucursal.

- b) Uma entidade em que qualquer das seguintes condições seja aplicável:
- i. A entidade e a sucursal são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si).
 - ii. A entidade detém uma participação qualificada na sucursal.
 - iii. Essa entidade é controlada ou controlada conjuntamente por uma pessoa identificada em (a).
 - iv. Uma pessoa identificada em (a) (i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal chave da gestão da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).
 - v. Uma pessoa identificada em (a) (iv) é um membro do pessoal chave da gestão dessa entidade (ou da empresa mãe da entidade).

17 Justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. Se os preços de mercado não estiverem disponíveis o justo valor é determinado através de modelos internos baseados na técnica do desconto dos fluxos de caixa. Os fluxos monetários decorrentes dos instrumentos financeiros são calculados de acordo com as características financeiras dos mesmos e as taxas de desconto têm em consideração quer as taxas de juro do mercado quer a política corrente de preços da Sucursal.

Nestes termos, o justo valor obtido é influenciado pelos parâmetros usados no modelo de avaliação, os quais têm implícito um certo grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Considerando as características dos instrumentos financeiros detidos pela Sucursal e que os termos da carteira existente são similares às condições actuais do mercado, a gestão considera que o justo valor dos instrumentos financeiros não difere significativamente do valor de balanço.

ALGUNS PRINCÍPIOS SOBRE TRANSACÇÕES ENTRE ENTIDADES RELACIONADAS (SUCURSAL DE MACAU)

1 Definição dos termos básicos

Transacções entre entidades relacionadas

Uma transacção entre entidades relacionadas consiste na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre entidades relacionadas, tenha ou não ocorrido pagamento.

Entidade relacionada (definição não exaustiva – ver ponto 16 das ‘Principais Políticas Contabilísticas’)

Uma entidade está relacionada com outra se uma delas, directa ou indirectamente, controla ou é controlada pela outra, ou estão ambas sob o controlo comum de uma terceira.

Duas entidades dizem-se relacionadas quando ambas são membros de um mesmo Grupo, quer na qualidade de casa-mãe, quer como subsidiária ou afiliada.

Conflitos de interesse

Conflitos de interesse podem surgir quando uma entidade beneficia indevidamente (de modo directo ou indirecto) de uma transacção pelo facto de exercer um controlo ou dispor de uma influência significativa sobre a contraparte na transacção.

2 Transacções entre entidades relacionadas

Dado que conflitos de interesse podem mais facilmente surgir quando estão em causa transacções entre entidades relacionadas, reveste-se da maior importância que todas as transacções entre entidades relacionadas sejam conduzidas livres de conflitos de interesse, isto é, baseadas em termos e condições igualmente favoráveis quando comparadas com transacções entre entidades não-relacionadas, e as partes se abstenham de entrar em transacções nas quais entidades não-relacionadas não entrassem.

3 Termos e condições de empréstimos entre entidades relacionadas

No seio do Grupo Banco Comercial Português, S. A. (BCP), os termos e condições que presidem à realização de empréstimos entre entidades relacionadas são, tanto quanto possível, baseadas nas condições económicas vigentes no Mercado, e sujeitas aos mesmos mecanismos e procedimentos de aprovação como se os mesmos fossem realizados com entidades não- relacionadas.

Conflitos de interesse, por outro lado, constituem matéria regida pelo Código de Conduta do Grupo.

4 Divulgação

A Sucursal de Macau do BCP divulga, neste contexto, todas as transacções vivas de balanço efectuadas com a sede do Grupo ou, caso existam, com outras entidades relacionadas, bem como o impacto na Demonstração de Resultados de semelhantes transacções ocorridas ao longo do ano.

TRANSAÇÕES ENTRE ENTIDADES RELACIONADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (SUCURSAL DE MACAU)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ACTIVOS

Depósitos à ordem no exterior	215.922
Depósitos com pré-aviso e a prazo no exterior	6.846.563
Devedores	-
Contas internas e de regularização	1.549
TOTAL	7.064.034

PASSIVO E RECURSOS PRÓPRIOS

Empréstimos em moedas externas	1.568.650
Contas internas e de regularização	966
TOTAL	1.569.616

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2016

DÉBITO

Custos de operações passivas	8.285
Outros custos bancários	-
	8.285

CRÉDITO

Proveitos de operações activas	53.199
Outros proveitos bancários	-
	53.199

EXPOSIÇÃO CONTINGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Depósitos a constituir no futuro	-
	-

Contratos de taxa de juro

Compras	136.932
Vendas	136.932

RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE CAPITAL CONSOLIDADO
GRUPO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

EM PATACAS
(MILHÕES)
@8.4322

EM EUROS
(MILHÕES)

RISCOS PONDERADOS

Risco de crédito	295.194	35.008
Risco de mercado	5.692	675
Risco operacional	27.497	3.261
Outros riscos	1.821	216
TOTAL	330.204	39.160

FUNDOS PRÓPRIOS

Capital	35.997	4.269
Prémio de emissão	135	16
Acções próprias	(25)	(3)
Instrumentos representativos de capital	5.903	700
Reservas e resultados retidos	312	37
Interesses minoritários elegíveis	5.523	655
Ajustamentos regulamentares	(6.746)	(800)
CAPITAL REGULAMENTAR TOTAL (TIER 1)	41.099	4.874

CAPITAL TIER 2

3.230 **383**

CAPITAL TOTAL

44.328 **5.257**

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Core Tier I	-	12,4%
Tier I	-	12,4%
Tier II	-	1,0%
		13,4%

RISCO E GESTÃO DO RISCO NO GRUPO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.

1 Introdução

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão do risco das diversas empresas do Grupo é efectuada de forma centralizada em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção em permanência de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de risco – risco de crédito, de mercado (nomeadamente risco de taxa de juro e de câmbio), operacional e de liquidez.

2 Organização da gestão de risco

A Comissão Executiva do Banco Comercial Português (BCP) é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

A Comissão Executiva, através da Comissão de Risco, assegura a existência de um controlo de risco adequado e dos sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade.

A Comissão de Risco é responsável, ao nível executivo, pelo acompanhamento dos níveis globais de risco (riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional), assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Grupo.

Integram esta Comissão todos os membros da Comissão Executiva, o *Group Risk Officer*, o *Compliance Officer* e os responsáveis por alguns departamentos chave como é o caso da Auditoria Interna e da Tesouraria.

O *Group Risk Officer* é responsável pela função de controlo de risco para todas as entidades do Grupo. Assim, de forma a assegurar a monitorização e alinhamento de conceitos, práticas e objectivos transversalmente, compete ao *Group Risk Officer* informar a Comissão de Risco do nível geral de risco e propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os limites aprovados.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do BCP regem a sua actuação pelos princípios e orientações estabelecidos centralmente pela Comissão de

Risco, estando dotadas de estruturas do *Risk Office*, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade. Em cada subsidiária relevante foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o *Risk Officer* do Grupo.

O *Group Head of Compliance* é responsável pela implementação do sistema de prevenção, monitorização e reporte do risco nos processos organizacionais que incluem, entre outros, a prevenção do branqueamento de capitais, combate ao financiamento do terrorismo, prevenção do conflito de interesses, abuso de mercado e comunicação com clientes.

O RISCO E A GESTÃO DO RISCO – RISCO DE CRÉDITO

1 Risco de crédito - Definição

O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir) quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações. Este tipo de risco assume particular incidência em condições macroeconómicas adversas, no âmbito das quais as famílias e as empresas são atingidas por dificuldades financeiras.

2 Avaliação e monitorização do risco de crédito no Grupo BCP (síntese)

O controlo e a mitigação deste risco fazem-se, por um lado, através de uma sólida estrutura de análise e avaliação de riscos – por sistemas internos de rating adequados aos diversos segmentos do negócio e por um modelo de detecção antecipada da potencial sinistralidade da carteira – e, por outro, através de unidades de estrutura exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito, para as situações de incumprimento ocorridas.

A concessão de crédito do Grupo baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de protecção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito é aplicado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating Master Scale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia.

O conceito de nível de protecção é um elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activo e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

3 Elementos do risco de crédito - Aviso No.18/1993 – AMCM (Sucursal de Macau)

- **Definição de activos em mora ou em imparidade**

Activos em mora (Grupo I) são todos os valores respeitantes a crédito e outras aplicações financeiras em relação às quais se verifique atraso até 3 meses quer no pagamento de juros ou comissões quer no reembolso do capital.

Activos em imparidade (Grupo II – IV) são todos os valores respeitantes a crédito e outras aplicações financeiras em relação às quais se verifique atraso superior 3 meses quer no pagamento de juros ou comissões quer no reembolso do capital.

- **Metodologia de cálculo das provisões específicas (imparidade específica)**

Para todos os activos em imparidade (Grupos II – IV) devem ser constituídas, no termo de cada trimestre, tendo por base o saldo da respectiva operação líquido do montante realizável das garantias reais existentes e devidamente formalizadas, provisões específicas mínimas acumuladas nos termos seguintes:

Grupo II (imparidade superior a 3 meses e inferior ou igual a 12 meses) – 40%

Grupo III (imparidade superior a 12 meses e inferior ou igual a 18 meses) – 80%

Grupo IV (imparidade superior a 18 meses) – 100%

- **Metodologia de cálculo das provisões genéricas (imparidade genérica)**

Para os restantes activos (em situação normal ou ativos acima do Grupo I) deve ser constituída uma provisão genérica ajustada até ao final de cada ano de modo a que o respectivo saldo não seja inferior a 1% do valor daqueles.

CRÉDITO CONCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Canadá	0,1%	1.783
China	0,1%	1.955
França	5,4%	194.784
Alemanha	8,1%	295.127
Luxemburgo	37,9%	1.372.850
Macau	13,9%	504.751
Holanda	24,5%	885.381
Portugal	0,1%	2.814
Espanha	4,4%	160.053
EUA	5,0%	181.095
Moçambique	0,6%	20.877
TOTAL	100,0%	3.621.470

DISTRIBUIÇÃO POR ACTIVIDADE ECONÓMICA

Electricidade, gás e água	17,5%	632.415
Outras indústrias manufactureiras	23,2%	839.954
Restaurantes, hotéis e similares	7,7%	280.243
Transportes, armazenagem e comunicações	3,8%	136.932
Construções e obras públicas	37,9%	1.372.850
Outros	9,9%	359.076
TOTAL	100,00%	3.621.470

ACTIVOS EM MORA

Mais de 3 meses até 6 meses	-	-
Mais de 6 meses até 1 ano	-	-
Mais de 1 ano	-	-
TOTAL	-	-

ANÁLISE DA MATURIDADE DOS ACTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

CRÉDITO A CLIENTES

À vista(<i>Overdrafts</i>)	1,1%	39.155
Até 1 mês	1,1%	41.147
De 1 a 3 meses	1,7%	61.107
De 3 meses a 1 ano	12,8%	461.743
De 1 ano a 3 anos	64,3%	2.328.598
Mais de 3 anos	19,0%	689.720
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	100.0%	3.621.470

DEPÓSITOS À ORDEM E A PRAZO NOUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO
(SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	13,0%	920.157
Até 1 mês	87,0%	6.176.702
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	100.0%	7.096.859

CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS EM CARTEIRA
(SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	-	-
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	-	-

TÍTULOS DE CRÉDITO EMITIDOS PELO GOVERNO DE MACAU E/OU PELA AMCM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	-	-
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	-	-

OUTROS TÍTULOS DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	-	-
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	-	-

ANÁLISE DA MATURIDADE DOS PASSIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (SUCURSAL DE MACAU)

RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO TERRITÓRIO

À ordem	-	-
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	-	-

DEPÓSITOS DO SECTOR PÚBLICO
(SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	-	-
Até 1 mês	100,0%	645.554
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	100,0%	645.554

DEPÓSITOS DE ENTIDADES ASSOCIADAS
(SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	1,2%	19.286
Até 1 mês	2,3%	35.569
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	96,5%	1.513.795
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	100,0%	1.568.650

DEPÓSITOS DE CLIENTES
(SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	13,2%	1.100.134
Até 1 mês	34,3%	2.865.624
De 1 a 3 meses	14,1%	1.178.558
De 3 meses a 1 ano	36,0%	3.012.966
De 1 ano a 3 anos	2,4%	198.710
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	100,0%	8.355.992

CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS EMITIDOS
(SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	-	-
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	-	-

OUTROS TÍTULOS DE CRÉDITO EMITIDOS
(SUCURSAL DE MACAU)

À ordem	-	-
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
Maturidade indefinida	-	-
TOTAL	-	-

O RISCO E A GESTÃO DO RISCO – RISCO DE MERCADO
(PRINCIPALMENTE RISCO DE TAXA DE JURO E RISCO DE CÂMBIO)

1 Risco de mercado

O risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

2 Avaliação e monitorização do risco de mercado no Grupo BCP (síntese)

O Grupo, no controlo do risco do mercado nas diversas áreas de gestão, utiliza uma medida integrada de risco que engloba os principais componentes de risco de mercado identificados pelo Grupo: risco genérico (englobando o risco de taxa de juro, o risco cambial, os risco de acções e o risco de diversificação), o risco específico, o risco não linear e o risco de *commodities*. A medida utilizada especificamente no risco genérico de mercado é o VAR (*Value at Risk*), calculado considerando um horizonte temporal de dez dias e um nível de significância de 99%.

Em complemento ao apuramento do VAR, o Grupo testa de forma contínua um conjunto alargado de cenários de esforço, analisando os respectivos resultados com vista à identificação de concentrações não capturadas pelo modelo, e, também, para testar outras possíveis dimensões de perda.

3 Avaliação e monitorização do risco de mercado – Risco de taxa de juro (Sucursal de Macau)

Para além do acompanhamento, numa base global, pela função de risco do Grupo, a Sucursal também procede à monitorização do risco de taxa de juro através da utilização do modelo disponibilizado pelo regulador local (AMCM). Através deste modelo, a Sucursal é capaz, pelo menos uma vez por trimestre, de testar a sensibilidade das suas posições a mudanças de taxas de juro, bem como o montante de capital que seria necessário para cobrir semelhante grau de risco.

ELEMENTOS DO RISCO CAMBIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(SUCURSAL DE MACAU)

POSIÇÃO SPOT [LONGA (+); CURTA (-)]

MOEDAS

Pataca de Macau (MOP)	(431.084)
Dólar Australiano (AUD)	1.582
Dólar Canadiano (CAD)	2.202
Yuan Chinês (CNY)	1.609
Dólar de Hong Kong (HKD)	158.849
Rand Sul-Africano (ZAR)	(170)
Franco Suiço (CHF)	(3.337)
Libra Inglesa (GBP)	6.314
Dólar dos Estados Unidos (USD)	229.424
Euro (EUR)	34.611

POSIÇÃO A PRAZO [LONGA (+); CURTA (-)]

Pataca de Macau (MOP)	184.166
Dólar de Hong Kong (HKD)	(203.940)
Dólar dos Estados Unidos (USD)	19.969

POSIÇÃO LÍQUIDA (TODAS AS MOEDAS)	(195)
POSIÇÃO LÍQUIDA (MOEDAS ESTRANGEIRAS)	247.113

MOEDAS ESTRANGEIRAS CUJA POSIÇÃO LÍQUIDA EXCEDE 10% DA POSIÇÃO
LÍQUIDA DO CONJUNTO DAS MOEDAS ESTRANGEIRAS (SUCURSAL DE MACAU)

DÓLAR DE HONG KONG (HKD)

ACTIVO

Caixa	155
Depósitos à ordem noutras instituições de crédito no Território	28,142
Depósitos à ordem no exterior	4.201
Crédito concedido	277.503
Aplicações em instituições de crédito no exterior	492.340
Devedores	-
Equipamento	5
Contas internas e de regularização	1.702
TOTAL	804.048

PASSIVO

Depósitos à ordem	6.149
Depósitos a prazo	228.768
Depósitos do sector publico	407.337
Empréstimos em moedas externas	-
Cheques e ordens a pagar	-
Credores	6
Contas internas e de regularização	2.938
TOTAL	645.198

POSIÇÃO SPOT **158.849**

COMPRAS/VENDAS(-) A PRAZO **(203.940)**

POSIÇÃO LÍQUIDA **(45.091)**

DÓLAR DOS ESTADOS UNIDOS (USD)

ACTIVO

Caixa	163
Depósitos à ordem noutras instituições de crédito no Território	707
Depósitos à ordem no exterior	203.681
Crédito concedido	424.627
Aplicações em instituições de crédito no exterior	4.169.579
Devedores	-
Equipamento	-
Contas internas e de regularização	3.144
TOTAL	4.801.901

PASSIVO

Depósitos à ordem	734.172
Depósitos a prazo	3.550.755
Depósitos do sector publico	238.217
Empréstimos em moedas externas	-
Cheques e ordens a pagar	38.951
Credores	-
Contas internas e de regularização	10.382
TOTAL	4.572.477

POSIÇÃO SPOT **229.424**

COMPRAS/VENDAS (-) A PRAZO **19.969**

POSIÇÃO LÍQUIDA **249.393**

O RISCO E A GESTÃO DO RISCO – O RISCO OPERACIONAL

1 Risco operacional

Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequação nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

2 Avaliação e monitorização do risco operacional no Grupo BCP (síntese)

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos e de negócios *'end-to-end'*. A gestão dos processos é da competência dos *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da performance no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectividade dos controlos existentes, através da supervisão directa ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *'risk self assessment'*, detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Grupo destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detectado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as acções de mitigação para exposições críticas.

O RISCO E A GESTÃO DO RISCO – O RISCO DE LIQUIDEZ

1 Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflecte a incapacidade de o Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respectivo vencimento sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

2 Avaliação e monitorização risco de liquidez no Grupo BCP (síntese)

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A estrutura de *wholesale funding* do Grupo é definida para cada período anual pelo Plano de Liquidez, que faz parte integrante do processo de orçamentação, sendo formulado a nível consolidado e para as principais subsidiárias do Grupo. A preparação deste plano é coordenada pelo *Group Treasurer* sendo a sua execução acompanhada continuamente ao longo do ano e procedendo-se à respectiva revisão sempre que necessário.

3 Avaliação e monitorização do risco de liquidez (Sucursal de Macau)

Para além de acompanhada, numa base global, pela função de risco do Grupo, e o suporte dado pela Sede neste particular através da disponibilização da necessária liquidez, a Sucursal tem o seu próprio controlo de liquidez. No âmbito dos procedimentos adoptados, a Sucursal monitoriza os seus parâmetros de liquidez designadamente através da análise *mismatch* das maturidades para uma série de bandas temporais como determinado pelo regulador local (AMCM).

INDICADORES DE LIQUIDEZ SELECIONADOS DO ANO DE 2016 (SUCURSAL DE MACAU)

- | | |
|---|-----------|
| • Média aritmética do montante mínimo semanal em caixa necessário durante o período | 134.793 |
| • Média aritmética do montante médio semanal em caixa durante o período | 149.576 |
| • Média aritmética dos activos líquidos elegíveis no fim de cada mês durante o período | 5.362.163 |
| • Rácio médio dos activos elegíveis sobre o total dos passivos básicos no fim de cada mês durante o período | 67% |
| • Média aritmética do rácio de liquidez de 1 mês na última semana de cada mês durante o período | 291% |
| • Média aritmética do rácio de liquidez de 3 meses na última semana de cada mês durante o período | 18% |

INFORMAÇÃO CONSOLIDADA – INDICADORES RELEVANTES
DO GRUPO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A. EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016

EM PATACAS
(MILHÕES)
@8.4322

EM EUROS
(MILHÕES)
OU %

BALANÇO

Activo total	600.921	71.265
Crédito a clientes (líquido)	404.897	48.018
Recursos totais de clientes	534.408	63.377
Depósitos de clientes	411.474	48.798
Crédito total líquido/Depósitos de clientes	-	99%
Capitais próprios atribuídos aos accionistas do banco e Passivos Subordinados	49.978	5.927

RENDIBILIDADE

Produto bancário	17.682	2.097
Custos operacionais	6.577	780
Imparidades e provisões	13.475	1.598
Impostos sobre lucros		
Correntes	953	113
Diferidos	(4.174)	(495)
Interesses que não controlam	1.029	122
Resultado líquido atribuível aos accionistas do banco	202	24
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-	0,6%
Rendibilidade do activo médio (ROA)	-	0,2%
Taxa da margem financeira	-	1,9%
Produto bancário/Activo líquido médio	-	2,8%
Rácio de eficiência	-	46,1%
Custos com pessoal/Produto bancário	-	25,9%

CAPITAL

Fundos próprios	44.328	5.257
Activos ponderados pelo risco	330.205	39.160
Core Tier I	-	12,4%
Tier I	-	12,4%
Tier II	-	1,0%
		13,4%

OUTRA INFORMAÇÃO

Nada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A. – MACAU BRANCH